



urbe

Revista Brasileira de Gestão Urbana

scielo.br/urbe

PUCPRESS

Política urbana: uma análise bibliométrica na área das Ciências Sociais

Urban policy: a bibliometric analysis in the Social Sciences field

Patrícia Sene de Almeida^[a]

Curitiba, PR, Brasil

^[a] Universidade Federal do Paraná (UFPR), Programa de Pós-graduação em Ciência Política¹

Fernando Kulaitis^[b]

Londrina, PR, Brasil

^[b] Universidade Estadual de Londrina (UEL), Departamento de Ciências Sociais

Samira Kauchakje^[c]

Balneário Camboriú, SC, Brasil

^[c] Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC), Departamento de Governança Pública

Como citar: Almeida, P. S., Kulaitis, F., & Kauchakje, S. (2024). Política urbana: uma análise bibliométrica na área das Ciências Sociais. *urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v.16, e20230362.

<https://doi.org/10.1590/2175-3369.016.e20230362>

Resumo

Para além da dimensão espacial do urbano, entendida como uma escala onde ocorrem fenômenos sociais e políticos, a literatura tem dado importância às suas especificidades, sobretudo em relação aos processos decisórios de políticas públicas nas cidades. Desta forma, a política urbana tende a ser mais abordada no

¹ Doutoranda com financiamento Capes, Brasil

PSA é mestra em Gestão Urbana e doutoranda em Ciência Política, e-mail: patriciasenealmeida@gmail.com

FK é doutor em Sociologia, e-mail: fernandok@uel.br

SK é doutora em Ciência Política, e-mail: skauchakje@gmail.com

âmbito da urbanização, sendo pouco explorada conceitualmente. Examinamos a produção sobre política urbana na literatura das Ciências Sociais e Ciências Sociais brasileira em perspectiva comparada. Utilizando como método a bibliometria em caráter exploratório, analisamos artigos publicados em periódicos indexados na base de dados Scopus Elsevier, selecionada pela ampla disponibilidade de artigos no campo das Ciências Sociais. Os resultados mostraram que a política urbana, na literatura das Ciências Sociais, não está centralizada na perspectiva sociológica, mas sim na de estudos urbanos e planejamento urbano, sendo que a literatura brasileira apresenta especificidades em relação à operacionalização da noção de política urbana, caracterizando-se pela baixa autonomia sociológica na produção do conhecimento, o que a torna dependente de perspectivas normativas, com dominância da corrente marxista, tendo David Harvey como autor central.

Palavras-chave: Política urbana. Reforma urbana. Ciências Sociais. Bibliometria.

Abstract

Besides the spatial dimension of the urban sphere, understood as a scale where social and political phenomena occur, the literature has emphasized its specificities, especially regarding decision-making processes in public policies in cities. Thus, urban policy tends to be primarily addressed in the context of urbanization rather than explored conceptually. The article discusses the production on urban policy in the literature of Social Sciences and Brazilian Social Sciences from a comparative perspective. Using bibliometrics as an exploratory method, we analyzed articles published in journals indexed in the Scopus Elsevier databases, selected for its wide availability in the field of Social Sciences. The results show that in the Social Sciences urban policy literature is not focused on the sociological perspective, but rather on urban studies and urban planning. The Brazilian literature presents specificities in the operationalization of the notion of urban policy and is characterized by a low sociological autonomy in knowledge production. Consequently, it is dependent on normative perspectives, predominantly on the Marxist tradition, with David Harvey as the main author.

Keywords: Urban policy. Urban reform. Social Sciences. Bibliometrics.

Introdução

Embora o urbano e a cidade figurem em pesquisas de diferentes campos do conhecimento, a apreensão teórica e empírica da “[...] especificidade da cidade (dos fenômenos urbanos)” (Lefebvre, 2001, p. 51) é mais recente. Nas Ciências Sociais, em especial, têm-se destacado as áreas do planejamento urbano, da geografia, da sociologia e antropologia urbanas, com conjuntos de trabalhos que discorrem sobre dinâmicas sociais (Marques, 2018). Menos evidentes são os estudos sobre o urbano que enfatizam as políticas públicas (urbanas) e a política (institucional). Nesses casos, o urbano e a cidade têm sido tratados como elementos de caracterização em recortes espaciais, em que as características de um território são consideradas para fins de justificativas metodológicas ou de desenho de pesquisa, ou na esfera contextual de outros problemas de pesquisa, como um espaço onde outros fenômenos ocorrem. Ao desconSIDERAR as especificidades do urbano, dinâmicas que operam em outras escalas territoriais, espaciais e de poder são transpostas (Fernandes, 2017), dificultando delimitações e operacionalizações conceituais e a “geração de acúmulo teórico” (Marques, 2018, p. 16).

Tratar do urbano, pois, implica reconhecer lacunas que vão sendo deixadas à medida que temas particulares à sua complexidade são menos discutidos pela literatura, conforme observado no caso das políticas públicas urbanas e dos processos decisórios municipais (Marques, 2018; Fernandes, 2017). É possível considerar, portanto, que a predominância de determinados temas tem relação direta com a predominância teórica e metodológica (re)produzida em campos de conhecimento específicos, que tendem a impor os objetos mais relevantes para análise.

Abordagens teórico-conceituais sobre política urbana no Brasil partem de marcos legais, regulatórios (Tonella, 2013), e dos processos de urbanização, que no caso brasileiro foram marcados por um desenvolvimento desordenado e a emergência de problemas de natureza urbana (Villaça, 1999; Moura, 2016; Nascimento Neto, 2021). Tendo a Sociologia como matriz de discussão do tema nas Ciências Sociais (Marques, 2016; 2018), contando, inclusive com uma subárea especializada e voltada para estudos da política urbana no âmbito das políticas públicas, a Sociologia Urbana, problematiza-se no artigo a relação entre o contexto social de produção intelectual, a recepção e o uso de abordagens teórico-conceituais que caracterizam esse campo disciplinar.

Destaca-se, para estabelecimento da relação entre contexto e predominância teórica, a mobilização política para enfrentamento dos “problemas urbanos”. O movimento pela Reforma Urbana, e a agenda pública por ele mobilizada, consiste em um elemento fundamental para a posterior inclusão constitucional de um capítulo sobre a política urbana, que tratasse das especificidades da cidade, de seus usos e espaços. As políticas urbanas, assim, foram compreendidas como resultados de relações ambíguas de legalidade e ilegalidade (Rolnik, 2009) observadas na conformação do território, sobretudo em relação à moradia (Tonella, 2013). De outro lado, as políticas urbanas têm sido entendidas como as ações do Estado direcionadas ao nível local e à “[...] construção, funcionamento do espaço e da vida urbanos” (Marques, 2016, p. 8). Dadas as variadas concepções e abordagens, o objetivo do artigo é analisar como a literatura das Ciências Sociais internacional e brasileira, em perspectiva comparada, aborda os usos das noções de política urbana. Especificamente, busca-se: i) mapear as correntes teóricas que são (ou se tornaram) dominantes na análise de políticas urbanas nas Ciências Sociais; e ii) analisar o significado dessa dominância para a concepção de políticas urbanas e sua operacionalização de pesquisas no campo das Ciências Sociais.

Método

O método empregado neste artigo foi a bibliometria, que permite analisar as métricas da literatura ou de um campo do conhecimento para a busca de padrões estatísticos de produções científicas (Hayashi, 2012). Trata-se de um método exploratório e descritivo que tem sido aplicado em estudos que tomam a ciência e sua produção como objetos de pesquisa, analisando “[...] grandes quantidades de metadados bibliográficos a partir de ferramentas estatísticas” (Clemente, 2022, p. 2). Em se tratando de uma pesquisa de base bibliográfica, a amostra foi composta por artigos publicados na base de indexação de periódicos acadêmicos Scopus Elsevier, selecionada por ser aquela com a maior cobertura de periódicos na área de humanidades (Kauchakje & Rosa, 2020), além de viabilizar o estudo por manter “[...] a padronização de dados necessária para uso imediato em softwares de análise bibliométrica” (Lorencetti, 2021, p. 20).

A busca na base Scopus foi realizada em 16 de julho de 2022 por meio da aplicação de uma *string* composta pelo termo “urban poli*”. De acordo com o conhecimento prévio da literatura, o termo elencado se refere diretamente ao termo que se busca analisar. O operador booleano * é utilizado para ampliar a busca de termos cujo radical é comum (Codato et al., 2019), permitindo com que as variações da palavra “política” sejam alcançadas. Os termos foram buscados nos títulos, resumos e palavras-chave dos documentos – que são indicadores da abordagem do tema em um texto.

Após a aplicação da *string* na base indexadora, os resultados iniciais (um total de 14,090 documentos) foram lapidados através dos filtros de busca: devido à forte capacidade de divulgação e estruturação do conhecimento que apresentam, sobretudo em se tratando de conceitos (Almeida, 2021), foram filtrados para a análise apenas documentos do tipo artigos acadêmicos – com o total de 11, 699 artigos;

área de Ciências Sociais – selecionada pela singularidade que apresenta no debate e devido à hipótese de que a Sociologia é a matriz de discussão do tema nessa área do conhecimento (Marques, 2016; 2018), contando, inclusive com uma subárea especializada e voltada para estudos da política urbana no âmbito das políticas públicas, a Sociologia Urbana. Aplicados os filtros, tem-se o total de 10, 129 artigos.

A base Scopus, apesar de ser a mais adequada para a pesquisa, apresenta uma limitação importante: a agregação de áreas temáticas (Kauchakje & Rosa, 2020; Lorencetti, 2021). Mesmo com a filtragem de uma área, a base tende a continuar apresentando documentos de áreas correlatas. Por isso, foi realizada uma segunda rodada com a exclusão das áreas que não fossem a de Ciências Sociais – reduzindo para 4, 821 o número de artigos selecionados. O filtro por país, por fim, foi aplicado tendo em vista analisar a organização dessa literatura nas Ciências Sociais brasileira de modo comparado, atendendo ao objetivo secundário dessa pesquisa – chegando a 113 artigos. A filtragem por anos de publicação não foi realizada, pois uma vez que o objetivo é examinar a produção sobre política urbana na literatura, selecionar anos específicos poderia fazer com que se perdessem documentos relevantes no decorrer do tempo.

Os artigos resultantes da etapa de busca foram organizados por ordem de relevância², exportados e transferidos para o software VOSviewer para tratamento e análises bibliométricas. A análise bibliométrica contemplou evidências descritivas, relacionadas à quantificação e às medidas da produção bibliográfica de acordo com a base indexadora (Hayashi, 2012). As análises descritivas apresentam dados estatísticos descritivos, isto é, de frequência simples e percentuais, a fim de mensurar as publicações sobre política urbana na literatura das Ciências Sociais.

O exame bibliométrico contemplou, também, análises avaliativas, dedicadas à análise da qualidade da produção científica através de padrões de citação e referências; e relacionais, cujo foco está “[...] na estrutura cognitiva dos campos de pesquisa” (Hayashi, 2012, s/p.). As análises avaliativas são qualitativas e compostas por mapas de coocorrência de palavras-chave, no caso deste artigo. Mapas de coocorrência mostram “[...] a conexão entre termos e expressões escritas [...] a presunção nesse caso é a de que palavras em comum dos artigos refletem recortes temáticos e objetos de estudos compartilhados” (Clemente et al., 2021, p. 4). Essa análise permite a observação da estrutura teórica do objeto de pesquisa a partir da frequência e relação entre termos da literatura.

De acordo com Grácio (2016, p. 84), as análises relacionais mapeiam “[...] as proximidades temáticas, teóricas e/ou metodológicas entre artigos, autores, periódicos, países ou outras unidades de análise”. Nesse sentido, a análise relacional permite identificar a estrutura teórica da temática de pesquisa. Compõe essa análise o mapeamento por cocitação. A análise de cocitação “[...] identifica a ligação/semelhança de dois documentos citados via suas frequências de ocorrência conjunta em uma lista de referências dos autores citantes” (Grácio, 2016, p. 84). Em suma, esse tipo de análise identifica a relação teórico-conceitual entre autores observando as referências que um artigo apresenta. Quanto mais determinados autores/artigos aparecem citados juntos em um mesmo documento, maior a chance de que eles sejam próximos teórica ou metodologicamente (Figura 1).

² O critério de relevância é determinado pela própria base de indexação a partir do número de vezes que um ou mais termos da *string* de busca aparece em um texto. Portanto, relevância não diz respeito à qualidade ou importância do artigo em uma literatura, mas à ordenação de textos pela base indexadora que tem como base a frequência dos termos da *string* (Kauchakje & Rosa, 2020).

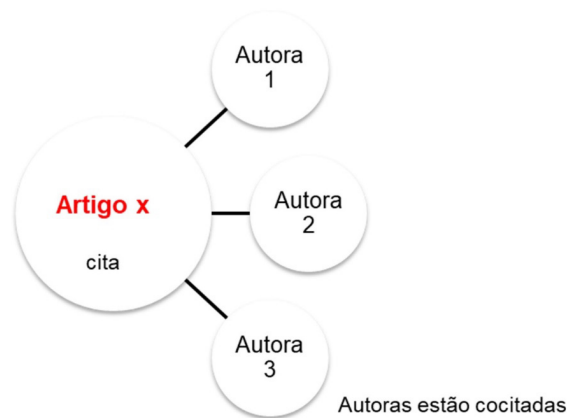


Figura 1 – Estrutura lógica da análise de cocitação a partir da relação entre documentos e autores. Fonte: Autores (2023) com base em Grácio (2016).

Importante destacar que as análises bibliométricas foram realizadas em duas etapas: em um primeiro momento, a partir dos 4,821 artigos resultantes da busca da literatura geral/internacional e, em segundo momento, observando a literatura brasileira em perspectiva comparada – com foco nos 113 resultantes da filtragem por país.

Resultados e discussão

Política urbana nas Ciências Sociais

Datadas da década de 1950 na base Scopus, as publicações sobre política urbana tornaram-se recorrentes a partir dos anos de 1970, tendendo a uma consolidação na área das Ciências Sociais (Gráfico 1). Esse período marca o pioneirismo dos estudos da “[...] sociologia urbana dos anos 1970 e da antropologia e da geografia urbanas nos anos 1980” (Marques, 2018, p. 6) caracterizadas por abordagens societais.

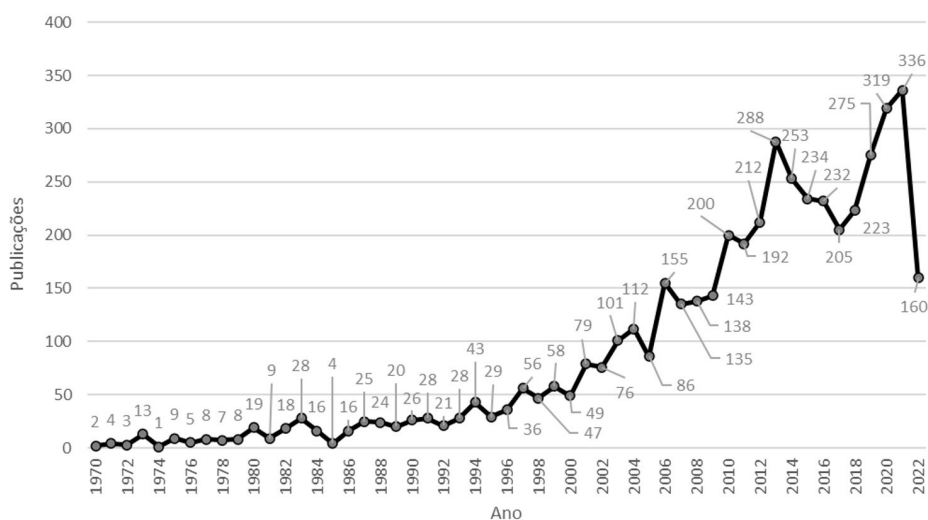


Gráfico 1 - Publicações sobre política urbana na literatura das Ciências Sociais por ano na base Scopus. Fonte: Autores (2023), com base em Scopus.

Abordagens societais, diferente das centradas no Estado, tendem a explicar e compreender ou interpretar os fenômenos em análise a partir de condições e fatores “da sociedade”, como grupos, classes sociais, participação social, poder local, relações econômicas, cultura, demografia, entre outros.

Nota-se, sobretudo a partir dos anos 2000, um aumento significativo das publicações sobre o tema, cujo auge é atingido no ano de 2021 com 336 publicações. Observa-se, todavia, que, conforme nosso conhecimento de estudos bibliométricos sobre outros temas, o crescimento no número de publicações a partir dos anos 2000 parece ser um padrão relacionado à elevação da produção em programas de pós-graduação em revistas qualificadas e indexadas. O ano de 2022 indica uma queda que deve ser desconsiderada devido ao ano não estar concluído na data da busca, enviesando o resultado para este ano.

Embora pareçam robustas para a literatura, ao comparar o conjunto de artigos sobre política urbana apresentado no Gráfico 1 com o número total aproximado de publicações da área de Ciências Sociais para o mesmo período, nota-se que o aumento aparente é irrelevante no volume de publicações da área, não representando nem 1% do publicado (Tabela 1). Para essa comparação, utilizou-se como estratégia metodológica a busca total de publicações da área de Ciências Sociais na base Scopus em período de tempo estipulado. Buscou-se pelo termo “social sciences” em todos os campos do documento, estipulando o período entre os anos de 1960 e 2022. Aos resultados da busca, um total de 1.925.227 documentos, foram aplicados filtros por área do conhecimento – Ciências Sociais, cujo resultado foi 890.404 – e tipo de documento – selecionando artigos, finalizando em 676.551 documentos.

Tabela 1 - Artigos sobre política urbana publicados na base Scopus na área de Ciências Sociais comparativamente ao total aproximado de publicações da área na base

Tema/Área	Total de publicações	Percentual
Ciências Sociais (geral)	676.551	100
Política Urbana (nas Ciências Sociais)	336	0

Número de publicações sobre política urbana na área das Ciências Sociais comparado ao total aproximado de publicações da área. Fonte: Autores (2023), com base em Scopus.

Os dados mostram que, apesar do aumento de publicações observado, este é pouco significativo comparado às publicações totais da área. Dessa forma, evidências bibliométricas gerais indicam o baixo interesse da área pela temática da política urbana, que pode ser mais robusta em outros campos do conhecimento a serem investigados. As publicações concentram-se nos Estados Unidos, seguidas por Reino Unido, Austrália e Canadá. O Brasil aparece como o décimo segundo colocado entre os países que mais publicam sobre o tema com 113 publicações, demonstrando certa relevância no debate internacional sobre política urbana nas Ciências Sociais (Gráfico 2).

Importante observar que o predomínio de determinados países nas publicações sobre um tema possui um viés relativo “[...] à desigualdade de incentivos à produção científica que favorece países e regiões com mais recursos destinados para este fim” (Kauchakje & Rosa, 2020, p. 28). Dessa forma, é necessário um olhar atento e crítico para dados bibliométricos descritivos, pois eles podem refletir desigualdades sociais e políticas regionalmente determinadas no financiamento de pesquisas.

Ao analisar as instituições que pesquisam a temática, o padrão de predomínio anteriormente descrito se manteve. A Universidade de São Paulo (USP) aparece como um dos destaques na produção de pesquisas sobre política urbana, reforçando a possível relevância brasileira no debate acadêmico internacional (Gráfico 3). A USP possui tradição nos estudos sobre política urbana, notadamente pela sua Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU-USP), dedicada às análises do espaço urbano, planejamento

urbano e regional e economia local, da qual fizeram parte diversos pesquisadores e pesquisadoras brasileiros, tais como Ermínia Maricato e Raquel Rolnik. Nessa mesma Universidade há, também, o Centro de Estudos da Metrópole (CEM), sediado na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), que abriga pesquisas sobre temáticas relacionadas à política urbana.

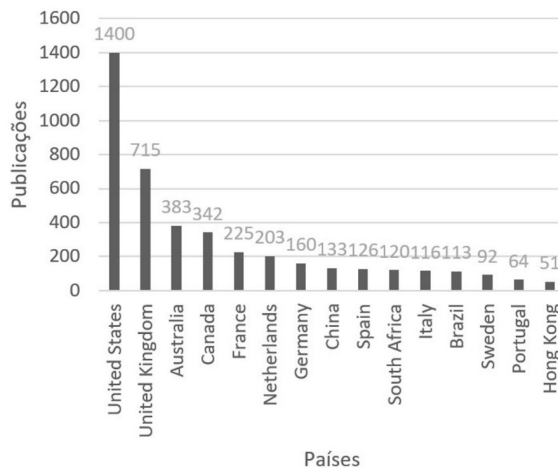


Gráfico 2 - Países que mais publicam sobre política urbana na literatura das Ciências Sociais indexada na base Scopus. Fonte: Autores (2023), com base em Scopus.

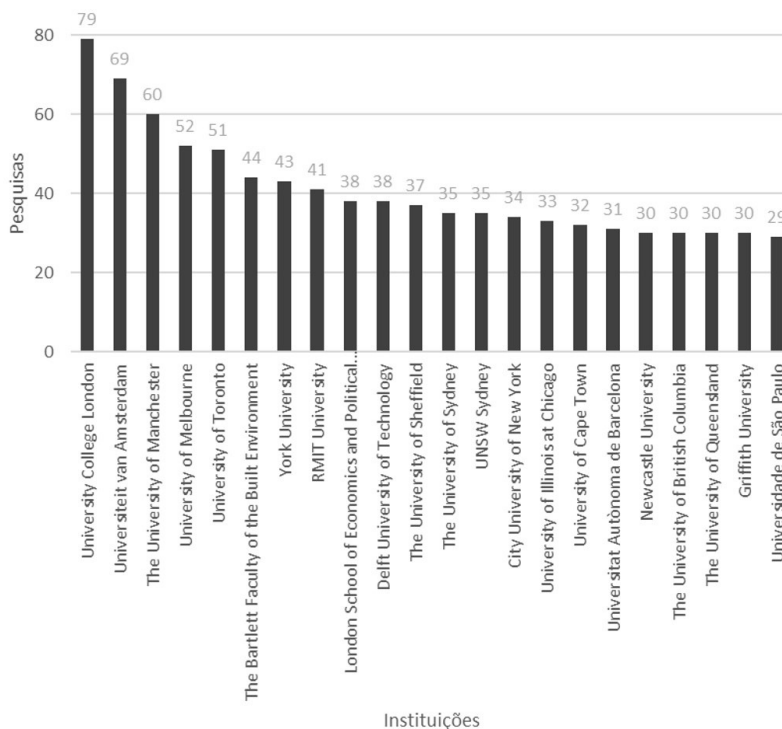


Gráfico 3 - Instituições de pesquisa que mais publicam sobre política urbana na literatura das Ciências Sociais indexada na base Scopus. Fonte: Autores (2023), com base em Scopus.

A partir da análise de cocitação, observa-se uma rede com forte associação entre autores citados na literatura internacional das Ciências Sociais sobre política urbana, discussão teórica, e denotando o

predomínio de David Harvey como autor central. Como resultado da análise, identificamos e agrupamos três abordagens teóricas, conforme a Figura 2.

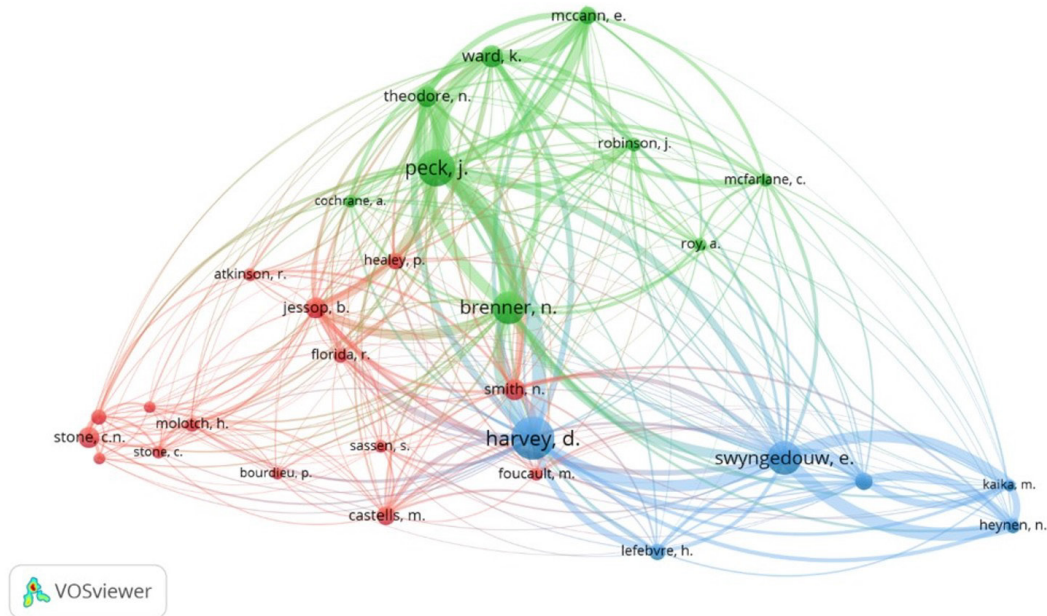


Figura 2 - Mapa de cocitação entre autores/autoras. A rede é formada por 3 clusters compostos por 30 autores/autoras. Tipo de análise: Co-citation; unidade de análise: cited authors; mínimo de citações de um autor: 150; método de análise: full counting. Tipo de visualização: Network Visualization. Quanto maior o círculo, maior o número de citações. Cores iguais formam um cluster e indicam proximidade entre autores/autoras cocitados. Linhas espessas indicam maior associação entre os elementos. Cluster 1 – vermelho; cluster 2 – verde; cluster 3 – azul. Fonte: Autores (2023).

A primeira aponta para o que denominamos de abordagem da Sociologia, identificada pela presença de Manuel Castells, Michel Foucault e Pierre Bourdieu no cluster 1, cuja discussão sobre o urbano se volta para as dimensões sociais segundo as quais os espaços – nesse caso, o urbano – refletem as relações sociais e de poder estabelecidas em uma sociedade. A premissa é a de que os distanciamentos (dinâmica das relações de poder que definem hierarquias de propriedades e grupos) encontrados no espaço social tendem a se retraduzir no espaço físico, sendo as cidades o lugar onde o poder sobre os distanciamentos é exercido (Bourdieu, 2013). A segunda se refere a uma abordagem geográfica, destacando Jamie Peck e Neil Brenner como autores centrais nesse domínio. Aqui, a discussão sobre a política urbana é realizada a partir da teoria crítica, que segundo Brenner (2018, p. 21) “[...] dá ênfase ao caráter político e ideologicamente mediado, contestado socialmente e, portanto, maleável, do espaço urbano, ou seja, sua (re)construção contínua como lugar, meio e resultado de relações de poder sócio-historicamente específicas”.

Por sua vez, a terceira abordagem da rede, que denominamos de crítica (ao modo de produção capitalista), mostra a dominância de David Harvey como sendo o autor com o maior número de citações e aquele cujas relações se estabelecem com todos os demais autores que compõem a rede. Neste cluster ainda se encontra Henri Lefebvre, autor também clássico da discussão sobre o tema numa abordagem anticapitalista. A Tabela 2, a seguir, detalha as citações obtidas pelos autores e autoras da rede de cocitação. A rede aponta para uma proximidade entre clusters 1 e 2, observada também em termos teóricos quando comparadas as abordagens de Brenner (2018) e Bourdieu (2014).

A dominância de Harvey indica a pouca autonomia da Sociologia para a produção científica sobre política urbana em termos próprios. Harvey é geógrafo de origem, e britânico. Nesse sentido, a transposição teórica observada, contrapondo produção à apropriação, é um elemento relevante para a caracterização das políticas urbanas na literatura, fazendo com que análises que emergem de campos autônomos (como da Sociologia Urbana) sejam baseadas em conceitos heterônomos. Em Harvey, a dimensão societal em escala macrossocial é preponderante, sempre ligada ao papel do Estado. Assim, as vulnerabilidades urbanas como um elemento societal estão inseridas na chave interpretativa do direito à cidade, e sua negação ou violação no capitalismo.

Tabela 2 - Detalhamento da rede de cocitação entre autores da política urbana nas Ciências Sociais

Cluster 1 - vermelho		Cluster 2 - verde		Cluster 3 - azul	
	Citações		Citações		Citações
Atkinson, R.	159	Brenner, N.	499	Harvey, D.	697
Bourdieu, P.	149	Cochrane, A.	155	Heynen, N.	185
Castells, M.	259	Mccann, E.	244	Kaika, M.	153
Florida, R.	175	Mcfarlane, C.	160	Keil, R.	240
Foucault, M.	166	Peck, J.	594	Lefebvre, H.	226
Healey, P.	214	Robinson, J.	177	Swyngedouw, E.	519
Jessop, B.	287	Roy, A.	162		
Kantor, P.	149	Theodore, N.	300		
Le Gales, P.	150	Ward, K.	311		
Molotch, H.	173				
Sassen, S.	168				
Smith, N.	289				
Stoker, G.	194				
Stone, C.	155				
Stone, C.N.	284				

A tabela detalha a rede de cocitação entre autores presentes na Figura 2 separando-os por clusters, seguidos da indicação do número de citações correspondente. Fonte: Autores (2023).

Os dados bibliométricos gerais evidenciaram que na literatura sobre política urbana, o foco está na discussão do urbano, especificamente. Isso é compreensível quando se verifica que o termo “política urbana” é abordado mais como uma ramificação dos estudos sobre o urbano do que no campo das políticas públicas. Especificamente, a política urbana tem o espaço urbano como condição fundamental de sua existência (Marques, 2018), fazendo com que o debate sobre o urbano o subsidie e anteceda. A especificidade da política urbana pode ser mais bem percebida através da rede de coocorrência de palavras-chave. Corroborando as abordagens encontradas na análise anterior, a análise da rede aponta para agrupamentos que consideramos como três correntes da literatura sobre política urbana, assim por nós denominadas: uma de análises sociológicas (cluster vermelho), outra referente às políticas públicas (cluster verde) e à política em relação ao urbano (cluster azul); e, por fim, uma corrente de perspectiva governamental (cluster amarelo) (Figura 3).

A corrente sociológica, à esquerda, demonstra-se focada em discussões sobre o fenômeno urbano – geográfico – e os fenômenos políticos e sociais dele decorrentes. Temas como a gentrificação, o espaço

público, as áreas urbanas, as vulnerabilidades urbanas, estudos de vizinhança e outros processos sociais que acompanham o da urbanização são os evidenciados nessa discussão. A corrente das políticas públicas, identificada pelos clusters verde e azul, é oriunda das discussões que envolvem o planejamento urbano. Nesse caso, a política urbana é abordada como uma política pública direcionada ao desenvolvimento urbano e de suas dimensões: econômica, sustentável, territorial/espacial.

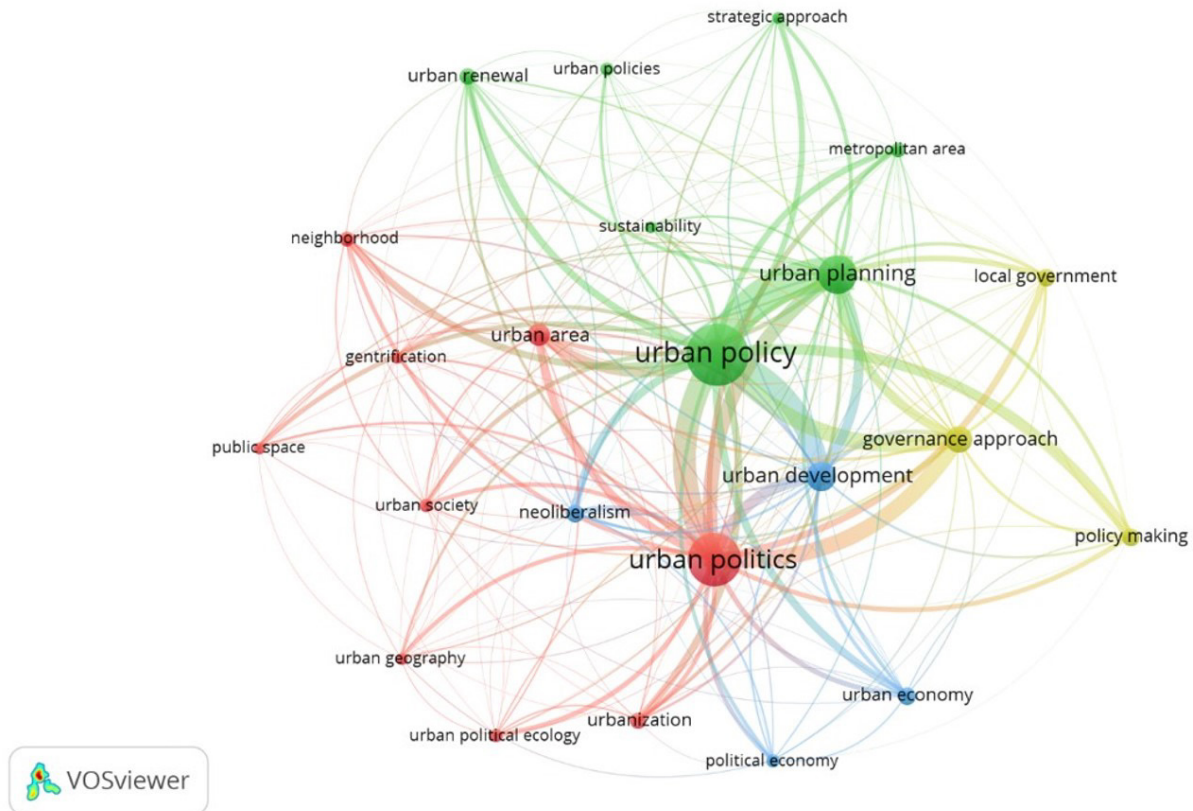


Figura 3 - Rede de coocorrência de palavras-chave entre artigos sobre política urbana nas Ciências Sociais. A rede é formada por 4 clusters compostos por 23 palavras-chave. Tipo de análise: Co-occurrence; unidade de análise: all keywords; mínimo de ocorrências de uma palavra: 50; método de análise: full counting. Tipo de visualização: Network Visualization. Quanto maior o círculo, maior o número de ocorrências. Cores iguais formam um cluster e indicam proximidade entre os elementos. Linhas espessas indicam maior associação entre os elementos. Cluster 1 – vermelho; cluster 2 – verde; cluster 3 – azul; cluster 4 – amarelo. Fonte: Autores (2023).

O ponto central da rede é a interseção que o cluster amarelo faz entre essas duas literaturas (a das políticas públicas e a do planejamento urbano). Ao evidenciar o governo local e o processo de elaboração de políticas públicas (*policy making*), o cluster aponta para a área de conhecimento mais próxima à da Ciência Política. Entretanto, esse “[...] conjunto de trabalhos, mais próximo da Ciência Política do que dos estudos urbanos, transportou explicações nacionais para o local, como se essa escala, sua política e suas políticas não tivessem especificidade” (Marques, 2018, p. 6). O mesmo pode ser observado em relação à dominância de Harvey, cuja transposição teórica baseia-se no pressuposto de que as contradições do desenvolvimento da produção capitalista definem a dinâmica das atividades políticas. Assim, a fórmula dominante faz equivalência entre os “problemas urbanos” e a “produção capitalista”, sendo as políticas urbanas as respostas gerais e normativas à urbanização planetária. Essas perspectivas corroboram

Marques (2018) ao buscar demarcar um campo como política do urbano, que se difere da política pública por tratar da própria política (envolvendo relações de poder e processos de governo) urbana e se difere da sociologia urbana ao não se dedicar às discussões societais.

Política urbana na literatura brasileira

No caso da literatura das Ciências Sociais brasileira, nota-se uma variação das publicações no decorrer do tempo, não sendo observada uma consolidação da temática política urbana, tampouco períodos de estabilidade (Gráfico 4). Apesar disso, os dados nacionais coincidem com o das publicações na literatura geral quanto ao período de alta de publicações: o ano de 2021. A investigações futuras caberá buscar relações de causa para este fato.

Ao encontro das análises de Marques (2016, 2018), os dados mostram que a literatura sobre política urbana não possui um acúmulo significativo de conhecimento nas Ciências Sociais. Embora não seja possível determinar uma relação de causalidade para este fato, especula-se que isso ocorra porque o urbano vem sendo abordado, principalmente, como elemento contextual em análises e pesquisas sobre a temática, em distintas abordagens. Segundo Marques (2018, p. 6), as “[...] particularidades do Estado no urbano, das instituições políticas das cidades e de seus atores, [são] elementos pouco considerados pelos estudos urbanos” (Marques, 2018, p. 6). As publicações estão distribuídas em 54 periódicos das Ciências Sociais, dentre os quais se destacaram 20 com maior número de publicação, entre elas destacam a revista *Eure*, seguida do *International Journal of Urban and Regional Research* e *RAEGA O Espaço Geográfico em Análise* (Gráfico 5).

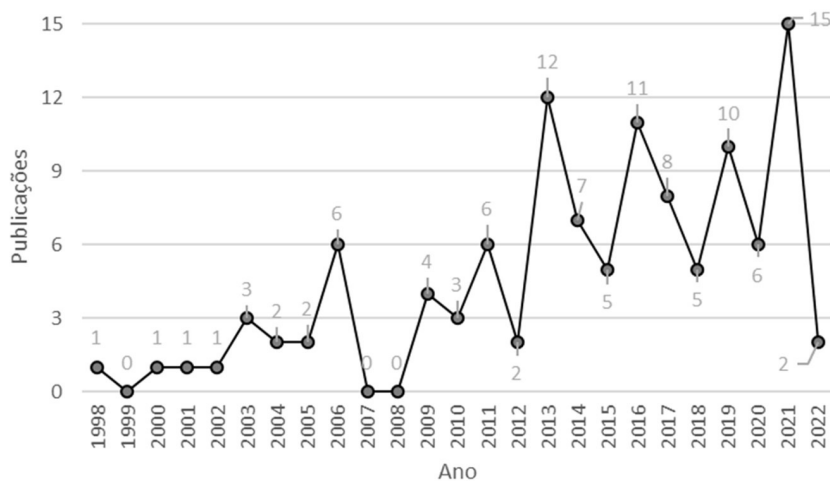


Gráfico 4 - Publicações sobre política urbana na literatura das Ciências Sociais brasileira por ano na base Scopus. Fonte: Autores (2023), com base em Scopus.

A análise de cocitação entre autores evidencia 4 clusters e um distanciamento significativo entre duas literaturas, marcada, novamente, pela centralidade de Harvey, seguido pelas urbanistas Ermínia Maricato e Raquel Rolnik (Figura 4). O mapa de cocitação, por sua vez, mostra que a literatura brasileira das Ciências Sociais sobre política urbana tem como característica interfaces entre autores e abordagens que se evidenciaram no decorrer da trajetória histórica do país. De um lado encontra-se o predomínio de abordagens da Sociologia Urbana e do planejamento urbano (cluster vermelho e amarelo) em interface com a

Sociologia e a Ciência Política (cluster verde). Autores relacionados à Ciência Política também se encontram no cluster azul, caracterizado por abordagens cujo fundamento é mais próximo da teoria marxista.

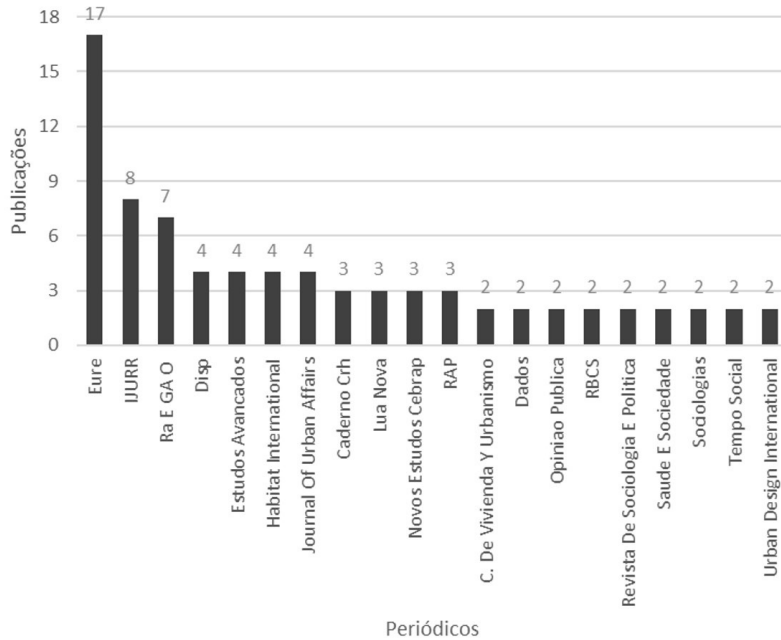


Gráfico 5 - Publicações sobre política urbana por periódico da literatura brasileira das Ciências Sociais. Fonte: Autores (2023), com base em Scopus.

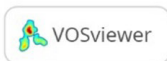
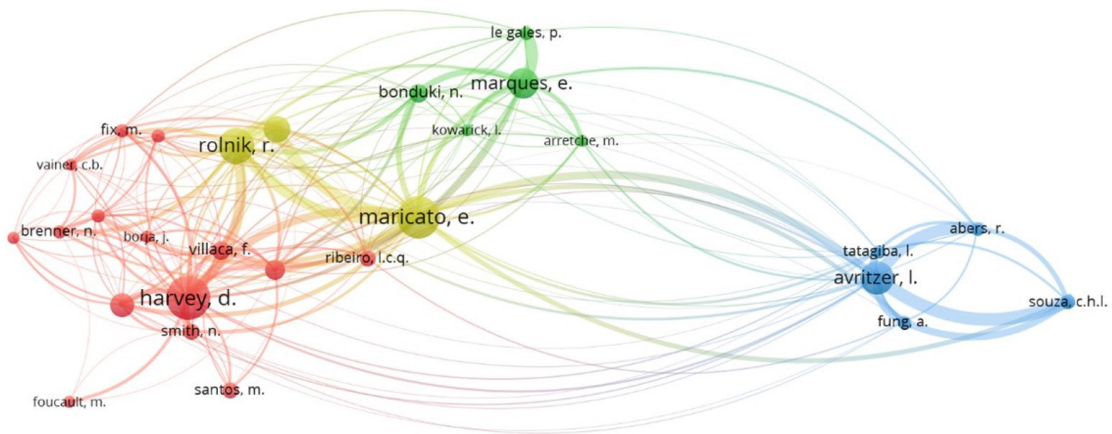


Figura 4 - Mapa de cocitação entre autores/autoras na literatura brasileira. A rede é formada por 4 clusters compostos por 28 autores/autoras. Tipo de análise: Co-citation; unidade de análise: cited authors; mínimo de citações de um autor: 10; método de análise: full counting. Tipo de visualização: Network Visualization. Quanto maior o círculo, maior o número de ocorrências. Cores iguais formam um cluster e indicam proximidade entre os elementos. Linhas espessas indicam maior associação entre os elementos. Cluster 1 – vermelho; cluster 2 – verde; cluster 3 – azul. Fonte: Autores (2023).

Ermínia Maricato e Raquel Rolnik, autoras cocitadas em destaque na rede, têm trazido contribuições sobre a política urbana e o urbano, em específico, a partir de uma ótica que privilegiou correntes neomarxistas. Suas discussões trazem o âmbito das classes sociais, assim como do Estado e do mercado, destacando o aspecto da especulação imobiliária em relação à construção dos espaços e da moradia nas cidades, o processo de urbanização desordenado, e a conseqüente ambigüidade das políticas urbanas – que culminaram nas aglomerações e assentamentos informais (Rolnik, 2009; Maricato, 2000). Na mesma perspectiva teórica, autores como Flávio Villaça e Milton Santos vêm discutindo os problemas urbanos e suas políticas quando do processo de urbanização no país. Harvey, nesse aspecto, vem em evidência reforçando a característica de transposição teórica adotada pela literatura, que, assim como Castells e Lefebvre, considera a urbanização e as políticas urbanas como produtos do modo de produção capitalista e da demanda por condições de trabalho e moradia (Almeida, 2021). Eduardo Marques é um autor que, embora faça conexões com a sociologia urbana, tende a adotar uma abordagem mais direcionada à Ciência Política, enfatizando discussões que focam nas relações institucionais do urbano.

Por fim, observa-se um distanciamento significativo entre autores do cluster azul em relação aos demais que compõem a rede, o que aponta para um distanciamento teórico e evidencia abordagens distintas sobre a política urbana. Especialmente nesse caso, autores do cluster azul estão mais próximos à teoria crítica, sendo que Tatagiba e Avritzer, por exemplo, ao tratarem da política urbana, trazem esta abordagem também para o campo da Ciência Política.

A Tabela 3 descreve os demais autores que aparecem cocitados no mapa apresentado e seu número de citações. Novamente, observa-se a centralidade de Harvey, que é o autor mais citado (54 citações) dentre todos que compõem o campo das Ciências Sociais sobre política urbana.

Tabela 3 - Detalhamento da rede de cocitação entre autores da literatura das Ciências Sociais brasileira

Cluster 1 – vermelho		Cluster 2 – verde		Cluster 3 – azul		Cluster 4 - amarelo	
Citações		Citações		Citações		Citações	
Borja, J.	10	Arretche, M.	10	Abers, R.	11	Maricato, E.	53
Brenner, N.	11	Bonduki, N.	17	Avritzer, L.	37	Rolnik, R.	42
Castells, M.	20	Kowarick, L.	10	Fung, A.	11	Fernandes, E.	28
Fix, M.	11	Le Gales, P.	11	Souza, C. H. L.	13		
Foucault, M.	10	Marques, E.	33	Tatagiba, L.	11		
Harvey, D.	54						
Klink, J.	11						
Lefebvre, H.	25						
Ribeiro, L. C. Q.	14						
Santos, M.	14						
Smith, N.	15						
Swyngedouw, E.	10						
Vainer, C.	21						
Villaça, F.	18						

A tabela detalha a rede de cocitação entre autores da literatura das Ciências Sociais brasileira presentes na Figura 4, separando-os por clusters, seguidos da indicação do número de citações correspondente. Fonte: Autores (2023).

Diferentemente do esperado, a literatura brasileira sobre política urbana não se demonstrou concentrada na perspectiva da Sociologia. Ao analisar a coocorrência de palavras-chave, nota-se o predomínio da discussão que envolve políticas públicas e planejamento urbano (clusters roxo e verde), seguido da abordagem que se relaciona à sociologia política (cluster vermelho), indicando novamente a pouca autonomia da Sociologia (Figura 5). A rede denota uma forte associação entre os termos *urban policy*, *urban planning* e *urban development*, indicando uma inter-relação entre o processo de urbanização e as formas de planejamento urbano e a elaboração de políticas urbanas. Assim, entende-se que a literatura sobre política urbana nas Ciências Sociais brasileira é mediada pelo contexto social e político do país.

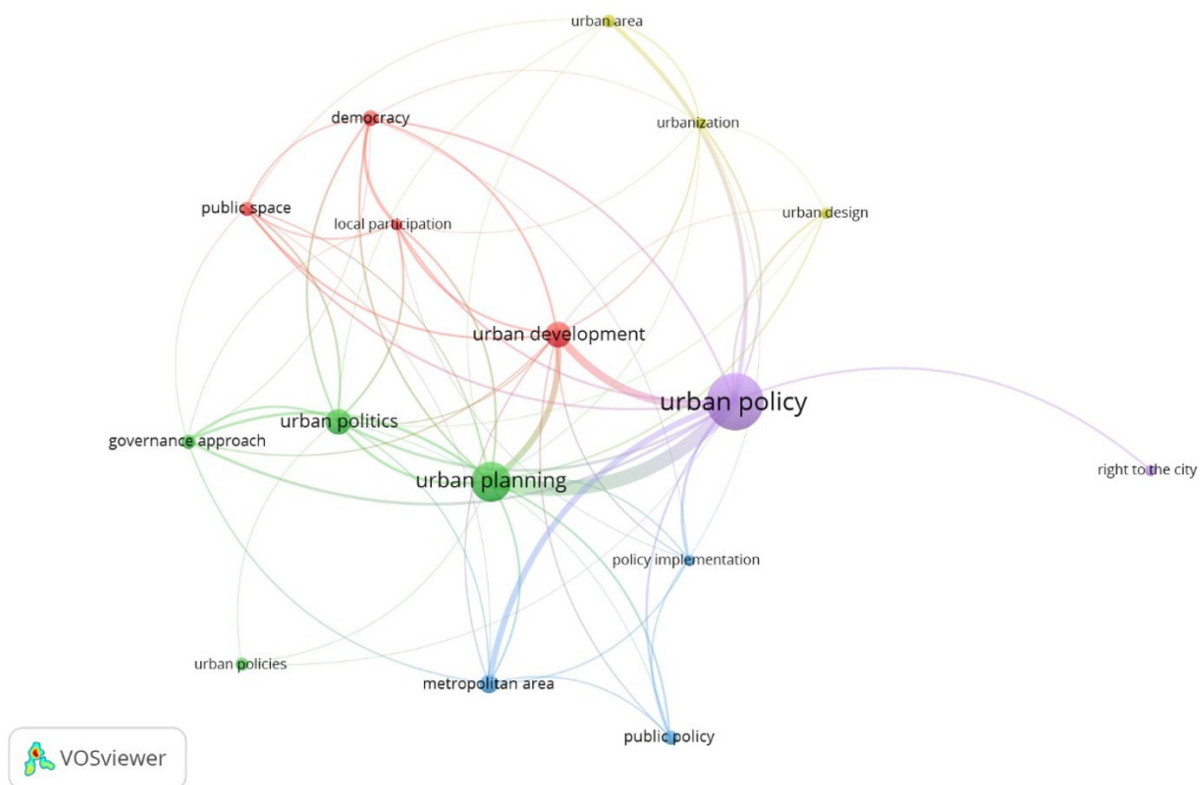


Figura 5 - Rede de coocorrência de palavras-chave entre artigos sobre política urbana nas Ciências Sociais brasileira por ano. A rede é formada por 5 clusters compostos por 16 palavras-chave. Tipo de análise: Co-ocurrence; unidade de análise: all keywords; mínimo de ocorrências de uma palavra: 5; método de análise: full counting. Tipo de visualização: Network Visualization. Quanto maior o círculo, maior o número de ocorrências. Cores iguais formam um *cluster* e indicam proximidade entre os elementos. Linhas espessas indicam maior associação entre os elementos. Cluster 1 – vermelho; cluster 2 – verde; cluster 3 – azul; cluster 4 – amarelo; cluster 5 – roxo. Fonte: Autores (2023).

Tais resultados são corroborados quando se analisa a coocorrência de palavras-chave ao longo do tempo, permitindo a observação de um movimento acadêmico para a construção e consolidação do conceito de política urbana que acompanha, em sua produção, o contexto social nacional (Figura 6). Em outras palavras, nas Ciências Sociais brasileira o diálogo da literatura tendeu a acompanhar o contexto político e social do país, e isto é evidenciado pelo exame das palavras-chave: textos mais antigos têm como palavras-chave democracia, participação local, espaço público, urbanização, desenvolvimento ur-

banco e planejamento urbano. À medida que o contexto do país se altera, as palavras-chave também mudam, dando foco mais recentemente, então, à política urbana como uma política específica dentre os vários tipos de política pública.

Os dados são corroborados pela literatura. Segundo Nascimento Neto (2021), em perspectiva histórica as políticas urbanas podem ser divididas em quatro períodos no Brasil:

1) 1970-1980, em que predominam as atuações “tecnocrática e centralizadora da política urbana”, marcada pelo processo de urbanização desordenado e a emergência dos problemas urbanos;

2) 1980-1988, com o menor investimento em política urbana e a emergência do problema habitacional/da moradia para populações empobrecidas, que passaram a ocupar espaços informais. Também, esse período marca a luta pela redemocratização e o posterior Movimento Nacional pela Reforma Urbana, reivindicando “o direito à cidade e à moradia digna”;

3) 1988-2000, com a consolidação da escala local como âmbito central da política urbana e a inclusão normativa/legislativa das políticas urbanas, marcadas pela Constituição Federal, a criação da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, a elaboração de Planos Diretores;

4) 2000-2020, marcado pela institucionalização das políticas urbanas e a destinação de investimento federal para fins de urbanização e a criação do Estatuto da Cidade, destinado ao cumprimento da função social da cidade.

Embora em menor medida, a mesma periodização das políticas urbanas é observada nos dados bibliométricos.

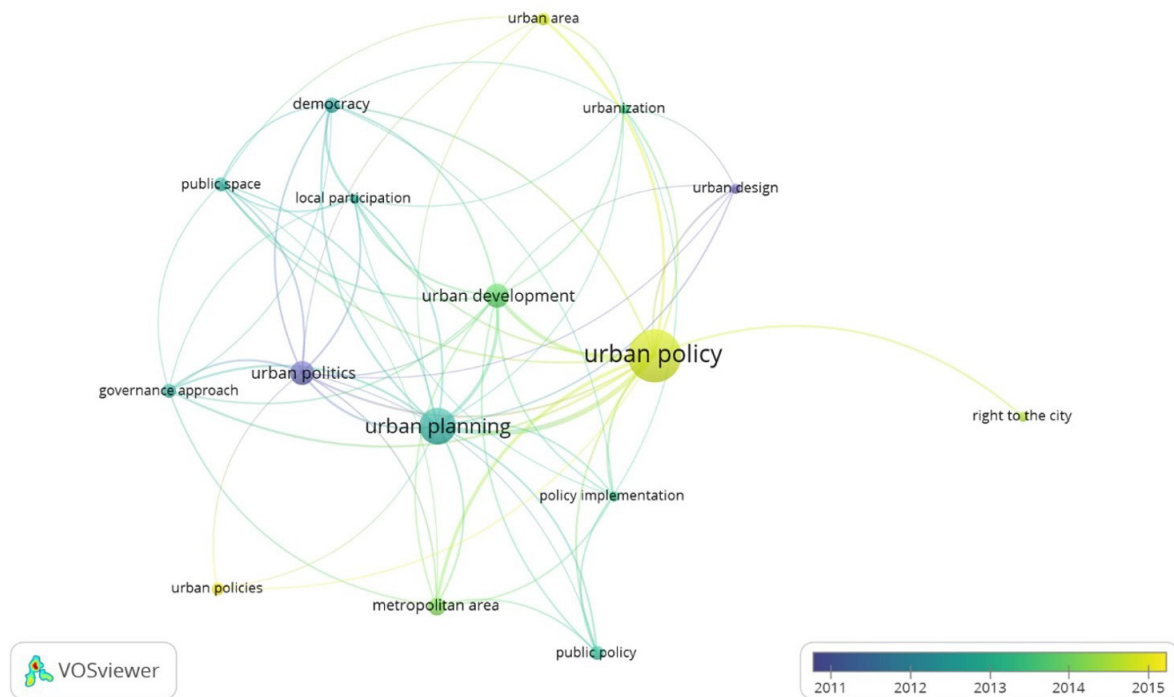


Figura 6 - Rede de coocorrência de palavras-chave entre artigos sobre política urbana nas Ciências Sociais brasileira por ano. A rede é formada por 5 clusters compostos por 16 palavras-chave. Tipo de análise: Co-occurrence; unidade de análise: all keywords; mínimo de ocorrências de uma palavra: 5; método de análise: full counting. Tipo de visualização: Overlay Visualization. Quanto maior o círculo/nó, maior o número de ocorrências. As cores das linhas e nós são correspondentes aos anos dos artigos. Linhas espessas indicam maior associação entre os elementos. Fonte: Autores (2023).

Outro ponto a ser evidenciado na rede é o processo de transição das palavras-chave ditas “contextuais” para as conceituais relativas, de fato, à política urbana. Ao observar os dados desagregados, no caso dessa rede as mudanças nas cores das linhas, nota-se que a perspectiva do direito à cidade, tratada por Lefebvre (2001) e posteriormente por Harvey (2012), contribuiu para a consolidação da política urbana, reforçando a centralidade destes autores na literatura das Ciências Sociais sobre o tema. Mais que isso, a perspectiva do direito à cidade se demonstra independente no que se refere à literatura que contempla o urbano no Brasil, mostrando que, quando abordada, aparece na esfera da política urbana – e não na “contextual”. Nesse sentido, é notório que ocorre com Harvey o mesmo problema da transposição teórica observada por Marques (2018) em relação ao urbano na Ciência Política. Por fim, a rede de coocorrência de palavras-chave corrobora a de cocitação ao denotar perspectivas teóricas coincidentes às dos autores cocitados. Quer dizer, ambas as redes mostram que a trajetória da noção de política urbana acompanhou o contexto sociopolítico do país.

Desses dados é possível afirmar que a literatura sobre política urbana se desenvolveu em conformidade ao contexto político e social brasileiro, ora enfatizando a discussão que envolve a relação Estado-sociedade, marcada pelo contexto do país e pela abordagem das políticas públicas, ora destacando a interface entre uma sociologia urbana e a ciência política, ainda que mais timidamente. Em síntese, a operacionalização da noção de política urbana está relacionada à dinâmica das respostas acadêmicas às demandas sociais e à ação política, sendo, assim, fortemente marcada pela crítica ao capitalismo e localizando no Estado a instituição mitigadora dos problemas sociais e urbanos.

Conclusões

Parte da literatura que trata de política urbana tem o urbano como lócus de discussão. Os resultados apontaram para duas constatações: i) a Sociologia não apresenta centralidade na literatura das Ciências Sociais sobre política urbana, sendo predominante a discussão que envolve planejamento urbano e a discussão sobre o urbano, mesmo ao tratar de políticas públicas; ii) o desenvolvimento da literatura brasileira sobre política urbana ocorreu de acordo com o contexto político-social do país.

Sobre a primeira constatação, os dados mostraram que há uma relação de dominância teórica consolidada na abordagem de David Harvey. Tanto na literatura geral/internacional quanto na brasileira, Harvey apareceu como autor central, sendo o mais citado dentre os mencionados nas redes de cocitação para a análise das duas literaturas. Nesse sentido, observa-se que uma das características da literatura sobre política urbana é a transposição teórica (os conceitos que emergem de campos autônomos são, na verdade, heterônomos), e pode explicar o baixo acúmulo teórico encontrado na literatura sobre o tema. Da mesma forma, a dominância teórica de Harvey demonstra a pouca autonomia da Sociologia, estritamente como campo disciplinar, ao produzir sobre política urbana em termos próprios, o que reflete, também, na dimensão operacional de pesquisas em políticas urbanas, que enfatizam a esfera normativa e a discussão relacionada ao direito à cidade.

Sobre a segunda constatação, é importante destacar que a literatura brasileira apresentou especificidades nos resultados. Apesar da centralidade de Harvey, as redes de coocorrência de palavras-chave evidenciaram uma literatura que se desenvolveu em consonância ao contexto sociopolítico do país, ao mesmo tempo em que destaca interfaces teóricas com a sociologia urbana e a Ciência Política. Portanto, nas Ciências Sociais brasileira a Sociologia tende, sim, a ser um ponto de convergência teórica e, portanto, base de referência para análises de políticas urbanas. Por sua vez, a Ciência Política é a área

em que a discussão sobre política urbana é menos recorrente, sendo que redes das áreas da Sociologia Urbana apresentaram mais robustez.

Portanto, há divergências a serem consideradas na dimensão conceitual e operacional da política urbana na literatura das Ciências Sociais. Embora inserida em um espectro multidisciplinar de análises, a discussão sobre política urbana na literatura das Ciências Sociais, internacional e brasileira, possui particularidades que precisam ser consideradas para a consolidação, avanço e acúmulo de conhecimento: a relação entre os “problemas urbanos” e o avanço capitalista evidenciados na literatura internacional, e a perspectiva normativa da política urbana na literatura brasileira, marcada pelo desdobramento dos acontecimentos sociopolíticos do país. Caso não sejam conscientemente reconhecidas por autores e pesquisadores, essas particularidades tendem a se tornar pressupostos analíticos ao invés de matrizes teóricas autônomas.

Declaração de disponibilidade de dados

O conjunto de dados que dá suporte aos resultados deste artigo está disponível no SciELO DATA e pode ser acessado em <https://doi.org/10.48331/scielodata.A13WJV>.

Referências

- Almeida, P. S. (2021). *Políticas Distributivas e Cidade: o comportamento legislativo de vereadores e sua relação com a gestão do espaço urbano na RMC* (Dissertação de mestrado). Escola de Belas Artes, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba.
- Bourdieu, P. (2013). Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. *Estudos Avançados*, 27(79), 133-144. <http://doi.org/10.1590/S0103-40142013000300010>.
- Bourdieu, P. (2014). *Sobre o Estado*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Brenner, N. (2018). *Espaço de Urbanização: o Urbano a partir da Teoria Crítica*. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrôpoles.
- Clemente, A. J. (2022). Cientometria: por que o analista de políticas públicas deveria conhecê-la e usá-la. In: Fernandes, I. F., ed *Desafios metodológicos das políticas públicas baseadas em evidências* (pp. 67-117.). Boa Vista: Editora IOLE. <http://doi.org/10.5281/zenodo.6063897>.
- Clemente, A. J., Perini, M. R. J., Santos, D. A. C., Martinez, I. N., Rosa, C. S., & Gravon, T. M. (2021). Smart cities: uma revisão de escopo no campo das ciências sociais (2015-2020). *BIB – Revista Brasileira De Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais*, (96), 1-28. <http://doi.org/10.17666/bib9604/2021>.
- Codato, A., Lorencetti, M., & Bittencourt, M. (2019). Política da ciência na ciência da política: um estudo sobre internacionalização da literatura sobre mulheres na América Latina. In *Anais do 43º Encontro Anual da Anpocs* (pp. 1-33.). Minas Gerais: Anpocs.
- Fernandes, J.L.M. (2017). Lugar e contexto: alguns apontamentos sobre a política local no Brasil. *Revista Eletrônica de Ciência Política*, 8(1), 4-24. <https://doi.org/10.5380/recp.v8i1.46413>
- Grácio, M. C. C. (2016). Acoplamento bibliográfico e análise de cocitação: revisão teórico-conceitual. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, 21(47), 82-99. <http://doi.org/10.5007/1518-2924.2016v21n47p82>.
- Harvey, D. (2012). O direito à cidade. *Lutas Sociais*, 12(1), 73-89.
- Hayashi, M. C. P. I. (2012). Sociologia da ciência, Bibliometria e Cientometria: contribuições para a análise da produção científica. In *Anais do Seminário de Epistemologia e Teorias da Educação*. São Paulo: UNICAMP.

- Kauchakje, S., & Rosa, M. A. (2020). *Revisão Sistemática da Literatura: como fazer?* Curitiba: Editora UTP.
- Lefebvre, H. (2001). *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro.
- Lorencetti, M. (2021). Comparando bases bibliográficas e suas funcionalidades para pesquisa de temas da ciência política. In: Sampaio, R. C., Codato, A., Clemente, A. J., Horochovski, R., Sangalli, A., Silva, R., Sainz, N., & Gabriel, G., eds *Ciência política; o campo em discussão* (pp. 18-33.). Curitiba: Máximo Editorial.
- Maricato, E. (2000). Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. *São Paulo em Perspectiva*, 14(4), 21-33. <http://doi.org/10.1590/S0102-88392000000400004>.
- Marques, E. C. L. (2016). *Notas sobre a política e as políticas do urbano no Brasil. Texto para discussão Centro de Estudos da Metrópole*. São Paulo: Centro de Estudos da Metrópole.
- Marques, E. C. L. (2018). *As Políticas do Urbano em São Paulo*. São Paulo: Editora Unesp.
- Moura, R. (2016). O complexo diálogo entre o urbano e o regional. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional, Blumenau*, 4(2), 5-26. <http://doi.org/10.7867/2317-5443.2016v4n2p005-026>.
- Nascimento Neto, P. (2021). *Gestão de Políticas Públicas: conceitos, aportes teóricos e modelos analíticos*. Curitiba: InterSaberes.
- Rolnik, R. (2009). Democracia no Fio da Navalha: limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de reforma urbana no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 11(2), 31-50. <http://doi.org/10.22296/2317-1529.2009v11n2p31>.
- Tonella, C. (2013). Políticas Urbanas no Brasil: marcos legais, sujeitos e instituições. *Sociedade e Estado*, 28(1), 29-52. <http://doi.org/10.1590/S0102-69922013000100003>.
- Villaça, F. (1999). Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In C. Deák & S. R. Schiffer (Eds.), *O processo de urbanização no Brasil* (pp. 169-243). São Paulo: EdUSP.

Editor: Geisa Bugs

Recebido: Out. 23, 2023

Aprovado: Set. 02, 2024